



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140912 - SP (2021/0003053-3)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : EDSON CASSIMIRO DE BRITO
ADVOGADO : RENATA RAISSA RODRIGUES - SP406199
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDSON CASSIMIRO DE BRITO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2038357-20.2020.8.26.0000).

O paciente foi denunciado como incurso no art. 157 do Código Penal.

Assim informou o TJSP à fl. 289:

Após, formulado pedido de reconsideração da decisão, em 18 de março de 2020o MM. Juízo a quo revogou a prisão preventiva do paciente, determinando a expedição de alvará de soltura clausulado, advertindo-se o acusado da necessidade de compromisso de participação nos atos processuais futuros, e de não mudar de domicílio sem prévio aviso ao Juízo, tudo sob pena de revogação (fls. 259/260).

No presente recurso, alega a recorrente: a) a defesa deixou de ser intimada para o julgamento dos embargos declaratórios opostos contra o acórdão que denegou a ordem; b) o acórdão que julgou os embargos é nulo, pois não apreciou as teses defensivas; c) o acórdão que decidiu o *writ* originário é nulo porque contém contradição/omissão, especialmente em relação ao pedido de arquivamento e rejeição da denúncia.

Sustenta a necessidade de trancamento da ação penal por falta de justa causa e arquivamento da denúncia.

Requer:

- a) Nulidade absoluta do acórdão que julgou os embargos de declaração por ausência de intimação e prejuízo efetivo e insanável ao direito e exercício à ampla defesa do recorrente;
- b) Nulidade absoluta do acórdão realizado nos aclaratórios, uma vez que o julgado empregou conceitos jurídicos, bem como invocou motivos que justifiquem qualquer recurso de embargos de declaração opostos "na forma do artigo 619 e 620 do Código de Processo Penal", de maneira que violou os artigos 93, inciso IX, CF, e 564, inciso IV,

combinado com os artigos 619 e 620, 315, § 2º, inciso I, II, III e IV, do Estatuto Processual Penal, de maneira que o acórdão que julgou os embargos de declaração é nulo, de modo que deve determinar o retorno dos autos ao Tribunal Paulista para novo julgamento dos aclaratórios apresentados pelo recorrente;

c) o acórdão que decidiu a lide, integrado pelo que julgo os embargos de declaração deixaram, de forma clara e objetiva, de se pronunciarem sobre as questões postas pelo recorrente;

d) ausência de apreciação do pedido de arquivamento do feito de fls. 201/206, falta de prejudicialidade do pleito, correta a utilização do habeas corpus e prejuízo efeito;

e) constatação de constrangimento ilegal por falta de justa causa, eis que em audiência sequer foi reconhecido o recorrente;

g) seja deferida a liminar. Provimento ao presente pleito recursal na forma alinhavada nas suas razões recursais.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente